

# **MUITO ALÉM DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES: CONFLITO E O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA CRISTANDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA**

**Bruno Schwabenland Ramos e Diones Augusto Ribeiro**

Teólogo (Centro Universitário Claretiano) e Doutorando em História Social das  
Relações Políticas (UFES)

## **Introdução**

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a conceituação do fundamentalismo religioso para entender a sua formação histórica cultural, bem como os rebatimentos desse fenômeno produzido no sujeito dentro da sala de aula. Por meio dos questionamentos apresentados, nosso objetivo principal é conhecer e analisar as relações sociais do sujeito, que é moldado por ideologia religiosa fundamentalista. Por isso, visando à fundamentação teórica, para produzir a investigação numa abordagem educacional, será preciso criar uma narrativa para entender a construção histórica do conceito de Fundamentalismo Religioso.

O Método a ser utilizado na fase de Investigação será a análise bibliográfica, porque, para construir a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa, tivemos a necessidade de investigar as seguintes sessões: conceituação sobre o fundamentalismo religioso na cristandade, a associação da religião com as relações de poder e outros aspectos teóricos.

## **Fundamentalismo religioso: definição**

A terminologia fundamentalismo religioso foi feita no século XIX para descrever a interpretação radical ou extremista dos Livros Sagrados, algo que tem sido objeto

de estudo com o advento do Ensino Religioso, numa ótica acadêmica, a fim de investigar este fenômeno tão destacado na mídia internacional.

A visão etnocêntrica tenta normatizar uma religião por meio da sua crença de fé, isto é, aquele que não segue uma ótica ocidentalizada da crença do transcendental e recebe vários estereótipos; por exemplo, é focalizada de uma forma preconceituosa a religião islâmica, onde se associa todos os adeptos como fomentadores do terrorismo internacional enxergando-os como sujeitos de alta periculosidade.

Todavia, a postura fundamentalista tem raízes históricas, onde a intolerância tem sido responsável por inúmeras guerras e casos de violência, pois o sujeito agride o próximo em nome da sua divindade. Pode se dizer que o fundamentalismo religioso está presente em todas as crenças e não apenas no islamismo. É um objeto de estudo atual das Ciências da Religião, que investiga a formação antropológica de uma deidade e está em constante guerra contra os infiéis, não havendo espaço para debates ou entendimentos. A defesa da crença é imposta por meio do uso da força tanto na esfera física ou na aquisição de pensamentos autoritários.

Este tema é muito amplo e pode-se estender para diversas religiões, algo que torna o trabalho muito extenso para o fechamento. Entretanto, por essa razão, vários autores discutem a formação do pensamento religioso e a sua influência social sobre o indivíduo. Todavia, o foco será dentro da cristandade, que representa a forma do estilo americano de olhar a Deus de uma forma "civilizada" e "democraticamente ocidental".

Na visão "americanizada", onde tem o advento do fundamentalismo religioso na época moderna, havia um embate entre teólogos em oposição a corrente europeia de Teologia, surgida a partir do movimento da cristandade que pregava a volta da "pureza da fé", em que o Livro Sagrado seria interpretado de maneira literal, esquecendo-se das transformações sociológicas e antropológicas dos cenários onde eram escritos estes textos.

Não se pode dizer que esta postura fundamentalista no início do século passado é produto de criação dos mulçumanos, ditos atrasados em relação a modernidade ocidental, mas como a criatura surgida dentro do cristianismo que era usado para combater a "satanização" trazida pelos costumes que desafiam a fé que não poderia

ser questionada pelo pensamento crítico (uma visão de fé irracional). Está presente em diferentes ramificações da cristandade. Segundo Zilles:

O termo fundamentalismo, no campo religioso é recente, mas a postura fundamentalista é antiga. Durante a Primeira Guerra Mundial, surgiu uma corrente teológica de origem protestante, que admitia apenas o sentido literal das Escrituras, opondo-se a toda interpretação histórico-crítica e identificando-se com o conservadorismo. Essa corrente passou a ser chamada fundamentalista. Dessa maneira o termo fundamentalismo, no campo religioso, passou a ser associado a ortodoxo ou conservador. Essa tendência marcou inicialmente certas denominações protestantes. O movimento não é unitário, mas atinge certos setores que pretendem defender e conservar os elementos "fundamentais" da fé cristã. Por isso o fundamentalismo encontra-se dentro das mais diversas denominações. (ZILLES, 2004, p.177).

O advento da modernidade, em conjunto com o antropocentrismo, retirava do transcendental a única fonte do conhecimento a fim de colocar o pensamento humano para questionar e refletir sobre as "verdades" inquestionáveis do Livro Sagrado (Bíblia). Estes calorosos embates em solo americano, entre os defensores da verdade contra os "hereges" do pensamento científico, foram intensos, discussões que terminaram nos tribunais. Na década de 1910, nos Estados Unidos, com a publicação do manual que defendia a pureza do cristianismo contra as tendências modernistas que utilizavam o conhecimento científico para entender os assuntos relacionados à Bíblia, foi visto por estes conservadores como uma clara adulteração da crença promulgada por Jesus Cristo. O perfil do conversador é fugir dos debates com relação a fé de uma maneira racional, sendo encarado como um sacrilégio. Por isso, foi necessário combatê-los (defensores da modernidade). Pode se dizer que houve uma satanização dos que fugiam do perfil ortodoxo. Conforme Zilles:

O fundamentalismo originado nos Estados Unidos, em círculos protestantes, pregava, pois a interpretação literal da Bíblia em oposição as tendências modernistas. A polêmica entre fundamentalistas chegou ao auge, quando em 1925, um professor

do Tennessee, J. T. Scopes foi processado (processo dos macacos), por ensinar teorias evolucionistas. Para defender a fé no criacionismo, numa fidelidade intransigente a interpretação literal da bíblia, os fundamentalistas fecham-se ao diálogo com novos problemas e, por outro lado, tomam a letra da Bíblia como a palavra pura de Deus. Com isso criam um chão fértil para fanatismos e radicalismos. [...]

O fundamentalismo americano, reagindo às tendências liberais e modernistas, entre 1910-1912, publicou uma obra em doze volumes sob o título de *The Fundamentals: A testimony of the Truth*, com a primeira edição de um milhão de exemplares. Assim obteve influência significativa. Contra a aceitação do pensamento científico na êxege bíblica, responsabilizado pela descristianização da vida, os fundamentalistas defendem a fé na inspiração verbal da Sagrada Escritura e a infabilidade de todas as suas afirmações, entre, outras coisas a concepção virginal de Maria. (ZILLES, 2004, p. 178).

Para os fundamentalistas, as modernidades são a preparação do reinado do anticristo e a satanização da sociedade segundo algumas ramificações do cristianismo, isto é, a uma oposição ideológica da luta do bem que é representado pela pureza da fé e mal com ideias para minar a verdade absoluta, trazendo o relativismo científico para dentro das igrejas. Dentro da tradição judaica, no início da Era Cristã, observa-se no advento do cristianismo a forte oposição as ideias de Cristo que corromperia as tradições e ritos do judaísmo. Por isso na tradição judaico-cristã em diferentes épocas, combateram pensamentos modernos, que transformariam o sistema o sistema religioso.

Não é apenas no seguimento do mundo árabe que se adotam interpretações radicais do Livro Sagrado. A ordem religiosa fundada por Maomé na área do Oriente Médio sofreu profunda transformação com a Revolução Islâmica em 1979 no Irã em oposição a costumes ocidentais. As três religiões monoteístas reúnem a maior parte de adeptos no mundo que procuram voltar ao tempo passado para buscar as tradições que foram perdidas, isto é, uma reação ao pensamento modernista.

Precisa-se investigar se a questão do fundamentalismo está ligada apenas a crença de uma forma pura, ou se tem relação com as relações de poder. As religiões de

uma forma geral têm a capacidade de normatizar o indivíduo para que interprete o sagrado de forma literal e sem haver uma discussão científica ou filosófica. De acordo com Zilles:

Ao conceito de fundamentalismo, seja religioso, político ou intelectual, associa-se antes de tudo, a volta ao passado, vinculando a consciência humana a princípios e valores tradicionais, perdidos nos últimos séculos. Manifesta-se como um neotradicionalismo religioso radical e isso no mundo inteiro.

Segundo alguns analistas, o fundamentalismo nasce com uma reação contra a modernidade (Thomas Meyer, *Fundamentalismo: a rebelião contra a modernidade*, Hamburgo 1989, e Richard Webster, *os herdeiros do ódio*, Frankfurt, 1992). Outros como Helmuth Dubiel (in *fundamentalismo*: Porto Alegre: Edipucrs, 1995, p.9-27), tentam mostrar que as correntes fundamentalistas são genuinamente modernas, "pois elas só podem ser decifradas com referências aos processos de modernização, que elas combatem". (ZILLES, 2004, p. 183).

Analisando as tradições religiosas não há uma religião pura, porque cada uma foi reinventada pegando conceitos da religiosidade de outrora, por exemplo, nas religiões monoteístas alguns pontos similares, incluindo no Livro Sagrado com personagens em comum. O fundamentalismo não pode ser visto apenas na ótica de regressão ao passado, mas o choque de costumes e valores morais que podem influenciar a dinâmica social.

### **Contexto histórico do fundamentalismo religioso na Europa**

No cenário político histórico na época medieval houve embates por motivos religiosos, como, por exemplo, a ascensão do islamismo para o continente europeu com a construção de impérios pautados na fé revelada pelo profeta Maomé. Com o advento das Grandes Navegações marítimas, foi criado um clima de entusiasmo para descobrir um novo mundo, que pudesse ser explorado. Com isso, o sentimento religioso ganharia uma nova configuração e deixaria de se

preocupar apenas com as coisas metafísicas para se aventurar em um universo de prosperidade.

Estas mudanças de cunho sociológico produziram profundas mudanças que alteraram a configuração política. Houve um violento choque entre ideologias que defendiam a estratificação da organização social, para que o poder politizado fosse mantido por meio do credo religioso, um exemplo, pode ser citado foi a Santa Inquisição que era uma forma de combater os “hereges” do modernismo e se apropriar das suas riquezas. Os pesquisadores defendiam uma nova forma de religiosidade que se adaptavam a modernidade vivida e não a extinção da crença no transcendental. Segundo Armstrong:

A Europa e suas colônias americanas teriam de acomodar essas mudanças em diferentes arranjos políticos. Como todo período de grandes transformações sociais, esse também foi violento, Houve guerras e revoluções, extermínio e deslocamento, espoliação do campo e luta religiosa. Ao longo de trezentos anos europeus e americanos tiveram de empregar métodos cruéis para modernizar sua sociedade. Houve derramamento de sangue, perseguição, inquisição, massacre, exploração, escravização, desumanidade. Os mesmos fatos sangrentos ocorrem hoje em países do mundo em desenvolvimento que estão passando pelo doloroso processo de modernização. (ARMSTRONG, 2001 p.59-60).

O indivíduo foi posto diante de uma nova política que desafiava a ordem conservadora que dominava a sociedade da época. Foi uma drástica mudança da economia agrária para um modelo econômico que concentrava a riqueza nas mãos de poucos, e os que trabalhavam na agricultura de subsistência tiveram que se submeter à burguesia para conseguir a sobrevivência vendendo a força de trabalho a baixos salários. Com as novas invenções na sociedade europeia em 1600 começava a queda do pensamento mitológico, que baseava a vida humana atrelada a um poder superior e então com base nos pensamentos científicos fundamentados no Iluminismo que questionava os dogmas religiosos, houve a mudança entre o sagrado (vivendo apenas o sentimento religioso) para o profano que via o homem como protagonistas nas mudanças sociais. Conforme Armstrong:

Esse período fascinante envolveu também violentas mudanças políticas, que os indivíduos procuraram absorver religiosamente. As velhas modalidades medievais de fé já não confortavam, pois não podiam funcionar com clareza nessas circunstâncias modificadas. Era preciso enxugar a religião e torná-la mais eficiente, como na renovação católica do século XVI. Entretanto as reformas do começo da modernidade mostram que os europeus ainda se atinham ao espírito conservador, embora o processo de modernização estivesse em andamento no século XVI. Como os grandes reformadores muçulmanos que examinamos, os reformadores protestantes se voltaram para o passado na tentativa de encontrar uma nova solução para uma época de mudança. Martinho Lutero (1483-1556), João Calvino (1509-64) e Huldrych Zwingli (1484-1531) reportaram-se às fontes da tradição cristã. Ibn Taymiyyah rejeitou a teologia e a fiqh medievais para poder retornar ao islamismo puro do Alcorão e da Suna; Lutero também atacou os teólogos escolásticos medievais e procurou retornar ao cristianismo puro da Bíblia e dos Padres da Igreja. Os reformadores protestantes eram, pois, revolucionários e reacionários, como os reformadores muçulmanos conservadores. Não pertenciam ainda ao mundo novo que despontava, pois ainda estavam arraigados no passado. (ARMSTRONG, 2001, p. 61).

A temática sobre o fundamentalismo religioso é ampla, ocupando várias linhas de pesquisa, algo que ganhou destaque logo após os atentados terroristas em solo americano, e na mídia internacional tem sido destaque a intolerância religiosa, que muitas das vezes levam o indivíduo a praticar atos extremistas. Esta vertente está presente em vários seguimentos do cristianismo e em outros seguimentos da crença no transcendental. Ao afirmar uma postura que busca os fundamentos de uma tradição pura segundo a concepção do sagrado, então se autoproclamam como detentores da patente divina, para se colocarem numa posição superior aos demais membros do credo e, por fim, promover uma dominação ideológica no subalterno. Conforme Carter:

Quando recebi o prêmio Nobel, em 2002, em Oslo, eu disse em meu discurso: “A presente era é um tempo de desafios e perturbações para aqueles cujas vidas são moldadas pela fé religiosa baseada

no amor ao próximo”. Quando a Christianity Today me pediu para explicar a declaração, eu respondi:

“Há uma forte tendência em direção ao fundamentalismo religioso em todas as religiões – incluindo as diversas correntes do cristianismo, bem como o hinduísmo, o judaísmo e o islamismo”. Os crentes estão cada vez mais inclinados a começar um processo decisório, declarando: ‘como estou alinhado com Deus, sou superior, minhas crenças devem prevalecer e quem discordar de mim estará essencialmente errado’ e, em seguida dirá ‘essencialmente inferior’. O último passo é dominá-lo ‘subumano’, e, então as suas vidas não são significantes. (CARTER, 2007, p. 25).

Os reformadores do Protestantismo, em oposição com a política da Igreja, buscavam uma religiosidade menos coercitiva, em que os fiéis tivessem liberdade para a busca da divindade sem estar submetido à autoridade papal. O pensamento medieval era atrelado a uma crença em que a ideologia transmitida pela Igreja não deveria ser questionada, não por causa da infabilidade papal ou pela autoridade da Bíblia, entretanto por causa da Santa Inquisição em que punia com a morte os heréticos. Nesta mudança da Reforma houve uma tentativa para a quebra das relações de poder em que atrelava o sujeito obrigatoriamente às ideias antigas da Igreja a respeito das tradições bíblicas. Diante deste fato os santos da Igreja foram demonizados ou tratados como ídolos nesta nova concepção, em que a sociedade europeia procurava se modernizar, a velha política coercitiva puniu com a morte na fogueira quem era suspeito de praticar atos de bruxaria.

Os principais reformadores do protestantismo, para que a ideologia em oposição da Igreja Católica fosse aceita, adotaram também posturas fundamentalistas, onde foi necessário recriar uma nova figura divina, que se enquadrasse com a concepção até renovada do universo religioso. Entretanto, estes homens para defender a nova ideologia utilizaram métodos extremos para defender a crença, da mesma forma da Antiga prática da Igreja que criticavam. A postura fundamentalista bem conhecida no mundo histórico foram as Cruzadas contra a expansão islâmica na Europa, misturando o pensamento religioso e econômico com o propósito de conquistar a riqueza dos muçulmanos. Assim, pode-se dizer tanto a Igreja Católica e os

Reformadores utilizavam de medidas extremistas para defender seus posicionamentos religiosos.

O poder coercitivo exercido pela Igreja na época Medieval não aceitava livros que não fossem baseados nas Escrituras. Da mesma forma, houve um período nebuloso com Santa Inquisição que punia os supostos hereges com a morte (o cientista Galileu foi condenado por contradizer as verdades da Igreja de Roma). Entretanto, os precursores da Reforma Protestante foram implacáveis contra os dissidentes, que não aceitavam a visão antropológica da figura divina defendida por estes reformadores como verdade absoluta. Segundo Armstrong:

Zwingli e Calvino também se sentiram impotentes, antes de chegar a uma visão religiosa que lhes deu a sensação de renascer. Também se convenceram de que nada podiam fazer por sua própria salvação nem para minorar as tribulações da existência humana. Enfatizaram a soberania absoluta de Deus, como faziam com frequência os fundamentalistas modernos. Assim como Lutero tiveram de recriar seu universo religioso, valendo-se, às vezes, de medidas extremas e até mesmo de violência para que sua religião pudesse falar às novas condições de um mundo discreto, mas irreversivelmente empenhado em transformações radicais.

Como homens de seu tempo, os reformadores refletiam as mudanças que estavam ocorrendo. Ao deixar a Igreja Católica Romana, fizeram uma das pioneiras declarações de independência que pontuariam a história ocidental a partir desse momento. Conforme veremos, o novo etos requeria autonomia e liberdade total, e era isso que os reformadores protestantes reivindicavam para os cristãos do mundo modificado, que precisavam ser livres para ler e interpretar a Bíblia como bem entendessem, sem o controle punitivo da Igreja. (Contudo sabiam ser intransigentes com quem se opusesse a seus ensinamentos: Lutero achava que se devia queimar os livros "heréticos"; Calvino e Zwingli estavam dispostos a matar os dissidentes.) [...] (ARMSTRONG, 2001, p. 62).

Todavia, a ciência no tempo de Isaac Newton procurou questionar as verdades definidas pelos mitos por meio das experiências científicas; enfim, a Europa começara

a abandonar as concepções mitológicas do mundo para confrontá-las com o advento do pensamento moderno, em que o homem deixaria de ser uma figura passiva diante do universo para se tornar o transformador de sua realidade cultural. Uma nova forma de organização social começara a surgir, que estava pautada no materialismo em oposição às verdades absolutas fundamentadas por meio da mitologia. Conforme Armstrong:

A ciência moderna começava, porém, a desacreditar a mitologia. Na Inglaterra Sir Isaac Newton (1642-1727) sintetizou as descobertas de seus predecessores mediante o uso rigoroso dos métodos científicos da experimentação e da dedução. Definiu a gravidade como uma força universal que mantém todo o cosmo coeso e evita colisões entre os corpos celestes. Não tinha dúvida de que esse sistema provava a existência de Deus, o grande "Mecânico", pois a intrincada configuração do cosmo não poderia ser mera obra do acaso. Como outros cientistas de sua época, Newton transmitiu informações que considerava inteiramente novas e corretas. Estava certo de que seu "sistema" coincidia exatamente com a realidade objetiva e contribuíra para aumentar o conhecimento humano. Todavia, como mergulhou inteiramente no mundo dos jogos, não conseguia admitir que outras formas de percepção, mais intuitivas, também podem levar a um tipo de verdade. (ARMSTRONG, 2001, p. 65).

### **Inquisição: a neurose religiosa fomentadora da violência**

Quando o cristianismo se estabeleceu como religião oficial do Estado Romano, então para agradar estes novos convertidos, foram feitas adaptações de crenças consideradas pagãs para o novo credo. Por isso, na época Medieval, antes da Reforma Protestante, a Igreja reunia o poder espiritual e político, a fim de, controlar a população da mesma forma que ocorria na Roma pré-cristã. Com isso, foi necessário apropriar-se de festividades consideradas de origem pagãs para o cristianismo. Por exemplo, a época em que se comemora o nascimento do Deus-Sol é considerada o Natal da cristandade, mas neste período a tradição pagã foram absorvidas, então ao mesmo tempo em que o indivíduo temia ao Deus da

Cristandade adorava os deuses antigos. Pode se supor que houve uma mistura entre a tradição cristã e o misticismo, isto é, uma espécie de romanização em que este império não destruía a tradição dos povos conquistados, tendo o dever de servir primeiramente aos deuses oficiais e depois poderia adorar qual divindade que quisesse.

Esta associação da Igreja, por causa do decreto de Constantino, refletiu também na era medieval europeia, onde era exercido o controle sobre toda a forma de conhecimento. Mas a tradição pagã não fora exterminada por completo, então teólogos do cristianismo demonizou o deus de Chifres, para a atual figura conhecida na tradição judaico-cristã à nova forma de Lúcifer ou Lumiel depois da queda do Reino Celestial. A fim de diminuir a influência dos líderes que cultuavam o espírito da natureza, algo diferente da liturgia cristã, em resposta começa a surgir uma religiosidade com princípios animais, de uma forma desequilibrada de ideologia contra as supostas crenças do mal, em diversos países europeus, começa a surgir a Grande Caça às Bruxas, então em 1484, foi promulgado pelo Papa Inocêncio VIII a Bula contra os Bruxos.

O período da Era das Fogueiras foi episódio mais nebuloso da História da Igreja, os imaginários de diversas pessoas foram tomados por uma posição segregacionista, quantas aquelas pessoas que não professassem os costumes impostos pela cristandade, numa política de terror os inquisidores queimaram muitas pessoas vivas suspeitas de bruxaria ou levam-nas para serem enforcadas em praça pública. O poder concedido pela Bula contra os bruxos, o poder para forçar uma confissão a morte em praça pública. De acordo com Armstrong:

[...] O misticismo e a mitologia ensinaram as pessoas a lidar com o mundo do inconsciente. Talvez não tenha sido por acaso que, numa época em que a fé religiosa começava a abandonar esse tipo de espiritualidade, o subconsciente aflorou sem controle. Tem-se definido a Febre das Bruxas como uma fantasia coletiva de homens, mulheres e inquisidores de toda a cristandade. Acreditava-se que as bruxas tinham relações sexuais com os demônios; que voavam à noite para participar de rituais satânicos e orgias perversas; que adoravam o Diabo numa paródia da missa - uma reversão que podia representar uma ampla rebelião inconsciente contra a fé tradicional.

Deus começava a parecer tão distante, estranho e exigente que, para alguns, estava se tornando demoníaco: medos e desejos subconscientes projetavam-se na figura imaginária de Satã, descrito como uma versão monstruosa da humanidade. Até passar a Febre, milhares de indivíduos acusados de bruxaria foram executados na forca ou na fogueira. (ARMSTRONG, 2001, p. 70).

A Europa Medieval foi relatada durante muito tempo como a suposta “Idade das Trevas”, onde não acontecia nada de relevante na vida secular da sociedade devido ao controle exercido pela Igreja, entretanto esta informação foi tida como verdade por muito tempo, pois os registros históricos ficavam em poder do Clero.

Por exemplo, neste período pode se dizer o advento do modelo do “Processo Penal”. O Direito Canônico regulava todas as esferas da vida daquela sociedade por meio do Livro o Martelo das Feiticeiras (numa versão aporuguesada) escrito na cidade de Colônia na Alemanha, descrito como um manual jurídico que norteava toda a ação do Tribunal da Santa Inquisição.

Era uma época hedionda para os Direitos Humanos, em que havia instrumentos de tortura. Muitas mulheres, por exemplo, foram acusadas de crime de bruxaria. Nestes sistemas que refletiam a masmorra ou sistema prisional da época, os instrumentos de tortura eram utilizados para provocar sofrimento nas vítimas e conseguir a confissão criminológica pelos agentes da Inquisição. Acontecia todo o procedimento processual com as testemunhas de acusação, o sistema de tortura para a confissão fosse registrado para que fossem levadas diante do Tribunal, e diante das provas produzidas no processo então estas mulheres eram sentenciadas com a morte na fogueira (a maioria das execuções), poderiam acontecer enforcamentos em praça públicos ou afogadas em lagos. Segundo Luz:

Contudo, os capítulos mais sangrentos dessa fase da história da Inquisição dizem a respeito à generalizada perseguição empreendida contra as feiticeiras em vários pontos da Europa. O extermínio das pessoas – em sua vasta maioria mulheres- ligadas à bruxaria foi fortemente intensificado após a publicação do manual *Malleus maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), escrito em 1487 pelos inquisidores alemães Heinrich Kraemer (1430-1505) e James

Sprenger (1435-1495). Os autores justificaram os conteúdos do livro a partir do principal pronunciamento papal a respeito da feitiçaria, a bula *Summis desiderantes affectibus*, de Inocêncio VIII (1432-1492), expedida em 5 de dezembro de 1484. O texto pontifício reconhece a existência das bruxas e concede permissão aos inquisidores para lançarem mão de quaisquer meios necessário à sua repressão. O Manual de Kraemer e Sprenger atingiu espantosa notoriedade, sendo reimpresso numerosas vezes durante os 200 anos seguintes. À época de sua publicação, a obra foi rejeitada pela Universidade de Colônia em razão dos princípios antiéticos e outras inconsistências nela contidos. No entanto os autores forjaram uma nota de aprovação da universidade, anexadas em posteriores edições. Embora a Igreja Católica não tenha reconhecido oficialmente a obra, esta exerceu profunda influência sobre o imaginário de inquisidores, juízes seculares, caçadoras de bruxas, sendo por estes utilizadas como manual prático. (LUZ, 2011, p. 285).

A religiosidade da pacificação deixada por Jesus havia sido sepultada também com a morte dos Apóstolos, para que a Igreja fosse aceita misturou-se com o Estado Romano item falado anteriormente, com a degradação moral da alta cúpula do Clero, pois a conversão voluntária do suposto pecador descrito na bíblia foi deixada e onde a religião perdeu o sentido original que era religar o “homem” perdido a divindade, pode se supor que a imagem do Deus amoroso pautada pela Igreja no Século I, foi substituída por um Deus malvado e punitivo, onde se perdeu a compaixão pelo próximo, dando lugar uma religiosidade perversa e principalmente contra a mulher que foi vítima de grandes violações dos Direitos Humanos e numa interpretação errônea da bíblia a mulher foi satanizada pelo clero, pois era considerada a semente do mal por qual encontrou o pecado no mundo.

A Igreja havia perdido o foco espiritual, embora mantivesse a sociedade sobre pesado jugo, pois o clero corrupto existente na época em nome de vantagens econômicas, para aumentar a riqueza do império religioso, começou a se beneficiar com as supostas acusações contra as feiticeiras, então a cristandade representada por estes homens confiscava os bens destas bruxas, colocando-os para os cofres da instituição religiosa, com isso a Igreja aumentava o seu poder econômico. Analisando a Inquisição, ela foi uma “espécie de volta ao paganismo”, pois estas

civilizações pré-cristãs sacrificavam as suas vítimas em nome de uma divindade sanguinária, da mesma forma que a Igreja sacrificava as suas vítimas em nome de Deus (sacrifícios rituais). Conforme Luz:

A caça aos praticantes de feitiçaria foi também um negócio altamente lucrativo para as autoridades eclesiásticas e seculares, além de outros indivíduos que participavam das perseguições. As propriedades das vítimas eram confiscadas e distribuídas entre os comerciantes de feitiçarias e suas instituições as cidades pagavam aos caçadores de bruxas – indivíduos que começaram a explorar comercialmente esta atividade- e a remuneração dependiam do número de acusações trazidas.

Assim como aconteceu a milhares de judeus conversos na Espanha, também em relação às supostas bruxas não foram encontradas nenhuma evidencia para os crimes das quais eram acusadas. É novamente que o ex- inquisidor Friedrich Von Spee quem o assevera:

Antes, nunca pensei em duvidar que houvesse muitas bruxas no mundo; agora, no entanto, quando examino os registros públicos, acredito que dificilmente haverá uma só bruxa.

A tortura, humilhação, ruína, e morte de tantas vítimas vem justificar a informação dos escritores Baigent e Leigh da Inquisição ter ressuscitado a antiga prática pagã de sacrifícios humanos rituais. (LUZ, 2011, p. 287).

O *Malleus Maleficarum* (O Martelo das feitiçarias), numa política antifeminista, foi atribuído numa suposta culpa do mito de Eva, que seria a responsável pela entrada do pecado no mundo, a fim de, seduzir o homem usou a sexualidade para incutir o ato pecaminoso e por consequência de desgraça para toda a humanidade. Estas eram supostamente acusadas na mentalidade dos inquisidores de ter relações sexuais com o Diabo (algo ilustrado constantemente no pensamento medieval), em que adquiriam supostos poderes mágicos e para desvirtuar o homem. Utilizavam-se de armas sedutoras para levá-los a pecar por meio da sexualidade, a arma perfeita de Satã, para que a santidade dos homens fosse prejudicada. Toda a sorte de desgraça foi atribuída à mulher. Neste período, a medicina era considerada ilegal, e

a indicação para combater as doenças por meio de plantas com propriedades medicinais (a atual fitoterapia) era considerada um ato de feitiçaria e uma traição contra a Majestade Divina. Conforme Pinsky:

(...) Assim por descendência de Eva, as mulheres não poderiam ser consideradas corretas, uma vez “Eva nasceu de uma costela ‘torta’ de Adão”. No final do século XVI, tal visão se mantinha, associada a crença de que, desde a queda das criaturas do Paraíso, todos os seres humanos com a Exceção de Maria, tornaram-se pecadores, sendo as mulheres piores do que os homens.

O Malleus inicia-se com a reprodução da Bula do Papa Inocêncio VIII (Summis Desiderantes Affectibus), de 1484, que declara a bruxaria ser uma heresia grave e autoriza os tribunais inquisitoriais a tratar da punição das práticas mágicas. (...)

O texto alerta sobre os perigos representados pelas mulheres, além de contribuir mais do que qualquer outra obra, para associar crenças populares com heresia, e identificar as mulheres como o principal instrumento do diabo, pelas mais variadas desgraças. (...)

Segundo os inquisidores, sortilégios, hábitos populares, como a indicação de chás para combater dores e doenças, podiam ser interpretados como indícios de feitiçaria. Quanto a mulher, existiria uma ação diabólica desta e sua natureza sexual, pois a sexualidade “é a porta dos males e as mulheres, as hábeis armas de Satã”. (...) (PINSKY, 2013, p. 52-53).

A suposta porta de entrada para o mal tem sido associado à mulher, da mesma forma que a mitologia grega culpa a Pandora pela origem do caos. Elas seriam mais fáceis por natureza a caírem na tentação dos maus espíritos, ficando sobre a influência destes seres maléficis. Em nível de inteligência estão em desvantagem perante os homens. Desta época é que vem a discussão da atualidade de qual gênero possui maior intelecto. Elas são seres entregues a luxúria para satisfazer o apetite sexual desenfreado. Copulam com os demônios, portanto, sendo consideradas debilitadas mentalmente e corporalmente. Segundo Nunes Júnior:

Os autores do *Malleus maleficarum* propõem-se a explicar porque principalmente as mulheres se entregam às superstições diabólicas. Faça mão de uma argumentação, no mínimo, assustadora, atribuindo ao gênero feminino toda a sorte de perversidades. Partem de citações bíblicas, comentários dos padres da Igreja e de filósofos para discorrem sobre as atrocidades, malefícios e embutes que uma mulher pode realizar (...)

Em meio a tão assombrosas considerações sobre o gênero feminino, os dois dominicanos enumeram diversas razões pelas quais as mulheres são mais supersticiosas do que os homens, sendo, então mais propensas para atraírem-se pelas as artilosidades do Espírito Mal. As mulheres têm maior credulidade; são, por natureza mais impressionáveis e mais propensas a receberem influência de espíritos descorporificado; são possuidoras de língua traiçoeira; quanto ao intelecto, estão em desvantagens em relação aos homens; estão presas ao aos apetites da carne que, para saciarem a sua lascívia, copulam até com os demônios; enfim, são as mais fracas na mente e no corpo. A explicação para tantas desigualdades e tanta tibieza de espírito, os autores vão buscá-la, mais uma vez, nas Sagradas Escrituras, no livro de Gêneses, por meio de uma interpretação no mínimo tendenciosa:

E convêm observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja a curvatura é assim por dizer, contrária a retidão do homem. E como em virtude desta falha, a mulher é um animal imperfeito, sempre, decepiona e mente. (NUNES JÚNIOR, 2005, p. 50-51).

Trazendo para uma conjectura atual a Santa Inquisição, pode se supor que ela trouxe um produto histórico para a futura ascensão dos regimes autoritários no século XX, com a prática em comum do extermínio em massa para defender a sociedade da suposta tentativa da corrupção como forma de manter a estrutura social destas pessoas indesejadas. A cristandade deixou a postura do amor ao próximo para reduzir os seres humanos em párias. De acordo com Luz:

O cerne da questão inquisitorial não se encontra apenas na violência infligidas a vítimas da repressão na época, mas principalmente pelo legado deixado pela Inquisição à posteridade. A lógica repressiva do sistema inquisitorial, nas palavras da pesquisadora Anita Novinsky, pavimentou a entrada da História ao surgimento de novas sociedades totalitárias:

O problema da Inquisição parece-nos, não está no “número” de pessoas que penitenciou, mas na influência, no caráter da instituição, com seus milhares de agentes secretos infiltrados entre a massa do povo. Está também na sociedade que criou dividida entre puros e impuros, fieis e suspeitos, na mutilação não só física (...), mas a mutilação mental; na mentalidade preconceituosa e conservadora que marcou durante séculos as nações ibéricas (...).

A Inquisição degradou milhares de criaturas à situação de párias, criou colaboracionista, gratificou a delação e transformou como disse o poeta Antero de Quental, a hipocrisia num vício nacional (...). Com a aplicação dos estatutos da pureza de sangue, antecipou 400 anos de racismo do século XX.

A Inquisição foi precedente histórico e fonte de inspiração para muitas manifestações totalitárias ao longo dos tempos, e de modo pungente no século XX: o nazismo, o fascismo, o stalinismo, com suas perspectivas políticas secretas e extermínio de massa; as ditaduras militares africanas e sul-americanas e suas táticas de terror; as limpezas étnicas (...) (LUZ, 2011, p. 289).

### **Choques ideológicos entre as culturas ocidentais e orientais**

Com a descoberta do Novo Mundo, em 1492, as nações do Ocidente começaram a ditar a ordem mundial, onde tiveram a “sagrada” missão de levar um grau de civilidade aos povos que beiravam para o estado animalesco ou primitivo. Na historicidade recente durante o período da Guerra Fria além da corrida armamentista, houve disputas ideológicas, por meio das propagandas e manipulação das massas. Até o início dos anos de 1990, o mundo estava polarizado: entre Estados Unidos

que levavam os seus tentáculos até a Europa Ocidental (formados pelas nações mais ricas e democráticas), e, de outro lado, a antiga União Soviética, o “demônio vermelho”.

Todavia, tal “conflito” ocorreu nos campos dos países de Terceiro Mundo. Com o fim da Guerra Fria e o mundo multipolarizado, as civilizações do Oriente, antes oprimidas nestes 500 anos de história na sua forma cultural, com o dinamismo antropológico e social, tais países que sofreram a imposição do neocolonialismo, começam a ter participação no cenário político internacional, graças ao crescimento econômico pelas quais estas nações começaram a se transformar e podendo economicamente a se rivalizar com o Ocidente. Segundo Huntington:

Em finais dos anos 80 o mundo comunista desmoronou-se e o sistema internacional da guerra fria passou à história. No mundo pós-guerra fria as diferenças mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. São culturais. Os povos e as nações estão a tentar responder a mais básica questão que os seres humanos enfrentam: quem somos nós? E respondem a esta pergunta da forma mais tradicional, tendo como referência o que mais conta para eles. As pessoas definem-se em termos de ascendência, religião, língua, história, valores, costumes e instituições. Identificam-se com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, a um nível mais amplo, civilizações. As pessoas usam a política não só para promoverem os seus interesses, mas também para definirem a sua identidade. Só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, frequentemente, contra quem somos. (HUNTINGTON, 1997, p. 20).

A crescente rejeição da cultura ocidental obriga alguns líderes radicais a buscarem a pureza cultural. Sua forma mais ameaçadora é a ascensão do “Fascismo Islâmico”, que é uma forma de reação à imposição civilizatória do Ocidente. Além do poder de barbárie e de ferir os direitos humanos, tais países conseguem vozes no cenário mundial, por exemplo, o poder econômico financiado pelo petróleo. De acordo com Huntington:

Os Estados-nações continuam a serem os principais autores na cena internacional. Como no passado, o seu comportamento é moldado

não só pela busca de poder e riqueza, mas também por preferências, afinidades e diferenças culturais. Os agrupamentos mais importantes de Estados já não são os três blocos da guerra fria, mas as sete ou oito maiores civilizações mundiais (...). As sociedades não ocidentais, principalmente no Extremo Oriente, estão a desenvolver a sua riqueza econômica e a criar a base para um poder militar e uma influência política reforçados. Enquanto o seu poder e a sua autoconfiança aumentam, as sociedades não ocidentais reivindicam os seus próprios valores culturais e rejeitam os que lhes são "impostos" pelo Ocidente. O "sistema internacional do século XXI" declarou Henry Kissinger, "[...] compreenderá, pelo menos, seis grandes potências - os Estados Unidos, a Europa, a China, o Japão, a Rússia e, provavelmente, a Índia -, assim como um grande número de médios e pequenos países". As seis maiores potências referidas por Kissinger pertencem a cinco civilizações muito diferentes e, além disso, há Estados islâmicos importantes cujas posições estratégicas, grande dimensão populacional e/ou recursos petrolíferos os tornam influentes nas questões mundiais. Neste novo mundo a política local é a da etnicidade, a política. (HUNTINGTON, 1997, p. 20-21).

A geopolítica mundial após a Guerra Fria serviu para mudar o regime político mundial, nos quais os membros do bloco socialista aderiram à economia de mercado, ocasionando uma drástica mudança: economia planificada (controlada pelo Estado) e a economia de mercado (em tese não haveria controle estatal). O desenho político na Europa Oriental se modificou, formando uma antítese entre uma divisão (a independência dos 21 estados que formavam a União Soviética) após quarenta e cinco anos, na Antiga Iugoslávia que foi desagregada o caso da Bósnia-Herzegovina envolvia três conflitos étnicos: muçulmanos (em maior número), sérvios e croatas.

Analisando o caso bósnio culturalmente deseja ser mantido em conjunto com o fragmento que sobrou da terra do general Josef Tito, entretanto croatas e muçulmanos desejavam ser uma nova república, ocasionando uma sangrenta guerra civil por esta diversidade étnico-religiosa.

## **Antropocentrismo cultural a desconstrução ou resignificar da cultura do “outro”**

A utilização da terminologia bárbara se reflete ao conflito registrado na Grécia Antiga na época da guerra contra os persas. Os gregos representavam a perfeição civilizacional, tanto na estrutura linguista e social, e os bárbaros eram os estrangeiros que viviam a margem da evolução social. Estariam em desvantagem porque nunca seriam civilizados.

Uma das características que a violência e a guerra são transmitidas “geneticamente” entre certas raças atrasadas, como se fosse uma característica biológica característica de certos homens. Em contrapartida à barbárie, uma sociedade dita civilizada usaria a diplomacia para a resolução de conflitos.

O comportamento dos bárbaros é semelhante ao dos animais, não obedecendo a uma regra moral da sociedade civilizada. Na estrutura social e política, são incapazes de se conviver em uma democracia, formados por uma sociedade incivilizada e há uma necessidade natural de serem domesticadas por um líder tirano.

Contextualizando tais informações históricas deste período com a modernidade é visto o ocidente como modelo civilizacional e como ideal democrático, contra um Oriente islamizado que deflagra guerra contra o Ocidente.

Embora não se trata de racismo subentende que raça está inserida neste contexto, ele se reproduz nas relações sociais, por exemplo, raça superior (os gregos status de civilização) e as raças inferiores (marginalizadas do mundo helênico). Segundo Todorov:

Minha intenção não consiste de modo algum, em relatar a história dessa palavra e das ideias relacionadas com ela, aliás esta história já foi estudada por muitos especialistas. Gostaria de reler algumas páginas do passado com um objetivo diferente: partir de determinados usos antigos da palavra para construir um sentido que poderá ser utilizado atualmente. Do passado ao presente, não se verificou ruptura, nem estrita identidade, mas de referência em busca de uma coerência. Como se sabe, o termo vem da Grécia Antiga, sociedade que ele tinha um uso em comum, e em particular,

após a guerra contra os persas. Era utilizado em oposição a outro vocábulo e, conjuntamente, eles permitiam dividir a população mundial em duas partes iguais: os gregos-portanto, “nós” – e os bárbaros, ou seja, os “outros”, os estrangeiros. Para reconhecer a filiação ao primeiro ou ao segundo grupo, fazia-se a referência ao domínio da língua grega: os bárbaros eram então todos aqueles que não compreendiam, nem a falavam ou que falavam incorretamente. (...)

- a) Os bárbaros são aqueles que transgridem as leis fundamentais da vida comunitária por serem incapazes de respeitar a distância ajustada na relação com os próprios pais: assim, sinais confirmados de barbárie são, por um lado, o matricídio, o parricídio e o infanticídio; e por outro lado, o incesto (...) Estrabão escreveu que os habitantes da Irlanda praticavam um canibalismo ritual: “eles são antropófagos e, ao mesmo tempo herbívoros, além disso, os filhos fazem questão de devorar o próprio, após a sua morte. Eles assumem tal comportamento para recuperar o poder do pai, confundindo assim proximidade espiritual com absorção material
- b) Os bárbaros são aqueles que estabelecem uma verdadeira ruptura entre eles próprios e os outros homens. (...). Há quem mencione, também, a prática de várias formas de sacrifício humano entre eles. Por extensão, aqueles que recorrem sistematicamente à violência e à guerra para resolver seus desacordos são considerados como aparentados a barbárie. Neste caso, a atitude oposta consiste em praticar a hospitalidade, até mesmo para os desconhecidos, ou ainda em cultivar a amizade: oferecemos aos outros justamente aquilo que gostaríamos de receber.
- c) Outro indicio de barbárie para executar os atos mais íntimos, não levava em consideração o ponto de vista dos outros (...). O pudor é uma característica especificamente humana, ela significa que tomo consciência do olhar dos outros.
- d) Os bárbaros são aqueles que vivem em famílias isoladas em vez de se agruparem nos habitats comuns, ou melhor, ainda, em vez de formarem umas sociedades regidas por leis adotadas em comum.

Os bárbaros encontram-se do lado do caos e do arbitrário; eles não conhecem a ordem social. Ou dito em outras palavras, são aparentados à barbárie os países em que todos são vítimas de tirania de um déspota; enquanto estão afastados da barbárie os países em que todos os cidadãos são tratados em pé de igualdade e podem participar da vida em sociedade, à semelhança do que ocorria na democracia grega (...) (TODOROV, 2010, p. 24-26).

Os bárbaros podem ser subentendidos segundo uma ótica histórica que são seres “anormais”, isto é, distorce tudo aquilo que é normal ou padrão para as sociedades que alcançaram a civilidade.

O Século XX tem a invejável marca de ser o período em que a humanidade se odiou, sendo capazes de promover limpezas étnicas e genocídios, onde líderes tiranos procuravam o melhoramento das raças superiores ou puras, com o extermínio dos indesejáveis (raças impuras ou degeneradas).

A bíblia pode dialogar perfeitamente com Todorov no que refere ao “perfil” ou “instinto bárbaro” que é arte para guerra ou intolerância, embora Deus não a tenha escrito com as suas próprias mãos, mas este além da abordagem religiosa reflete a história do homem no Oriente Médio, não existia a palavra “raça” constituída e mesmo assim existia o racismo. Em nome de Deus começara a série de barbárie que em o povo supostamente “eleito” se julgava no ápice da civilidade religiosa e deveria destruir os “anormais” ou infiéis, pois o conceito de violência religiosa ou guerra santa não é uma invenção exclusiva do terrorismo islâmico.

Existindo uma contradição em que o Deus que proibira em um dos seus mandamentos matarem o próximo, mas ordenara que destruísse tudo que tem fôlego a fio de espada o que se subentende seres humanos (consideradas raças amaldiçoadas) e os animais. Havia um etnocentrismo tão forte que definia a seguinte condição: pertencentes à nação eleita (monoteísta) contra os infiéis das nações circunvizinhas (que não seguiam a “verdade” do Deus dos hebreus). Deuteronômio (capítulo 20 e versículos 16-18)

Porém, das cidades destas nações que o SENHOR, teu Deus, te dá em herança, não deixarás com vida tudo o que tem fôlego.

Antes, como te ordenou o SENHOR, teu Deus, destruí-las-ás totalmente: os heteus, os amorreus, os cananeus, os ferezeus, os heveus e os jebuseus, para que não vos ensinem a fazer segundo todas as suas abominações, que fizeram a seus deuses, pois pecaríeis contra o SENHOR, vosso Deus.

### **Considerações Finais**

De acordo com o que foi discutido, houve na história um período nebuloso para os Direitos Humanos, pois era justificada ideologicamente e no ponto de vista teológico a eliminação das raças indesejáveis. No cenário político europeu, em que a Igreja se mantinha no círculo do poder, havia uma estratificação do pensamento e a batalha épica foram as Cruzadas religiosas, onde tais cavaleiros com as bênçãos liberadas podiam cometer genocídios em nome do sagrado e os “soldados de Deus” em contato com o seu lado mais selvagem podia combater contra o “mal” e tinha o direito sagrado de ficar com os despojos dos inimigos (riquezas dos infiéis).

Numa interpretação tendenciosa das escrituras bíblicas foi à vez de combater outra “raça degenerada” na Era das Fogueiras, com pretexto de “salvar a sociedade” pelo mal causado pela figura da mulher e estas eram executadas.

Em diálogo numa frase dita pelo Rei Salomão “nada é novo debaixo do sol” em uma análise antropológica das três principais religiões monoteístas praticaram atrocidades em nome de Deus, por exemplo, o povo judeu se considerando com uma única nação eleita em seus diferentes cenários destruíram as “raças degeneradas” da Cananéia a fio de espada, tal fundamentalismo trazia consigo uma onda de terror as nações circunvizinhas, ao enfrentar os ditadores “yavistas”. Neste parâmetro que não existe nada novo de baixo do sol, a sensação de insegurança transmitida no cenário internacional pelo Estado Islâmico, nada é mais do que uma repetição do passado quando judeus e cristão estavam no centro do poder.

Este choque ideológico enraizado no imaginário social das religiões de Deus em oposição às crenças consideradas anormais ligadas as supostas práticas do satanismo. Supõe-se que há certa resistência, por exemplo, os cultos de religiões africanas que são constantemente associadas à prática do mal, reproduzindo ainda

as concepções do Brasil escravista que polarizava os salvos (catolicismo português) e os hereges (concepções africanas sobre o sagrado).

Há um jogo de poder de uma forma que sutil promove as ideologias de eugenia que é o melhoramento das raças em outra vertente, em que o sujeito para alcançar a evolução da escala social, deveria migrar das superstições e credices, para uma espiritualidade evoluída (cristandade), embora o Brasil não esteja no período escravocrata, nesta construção social há uma polarização entre a Verdade (representada pela cristandade) e a Mentira (representada fora do eixo cristão).

Por tais ideias racistas fazerem parte da “cultura brasileira” alguns alunos mesmo sem ter contato prévio com autores que defendiam a supremacia branca, os tais trazem consigo preceitos entre a religião de Deus (sacramentos e símbolos sagrados do cristianismo) e fora desta normalidade associado ao diabo, embora no Brasil atual os casos de violência religiosa nos ambientes escolares, pode-se supor que acontece em sua maioria de uma forma simbólica ou violência velada, em outro foco as aulas de ensino religioso ministrado no contexto educacional têm como referência de vivência de mundo a simbologia cristã e as religiões de cunho africano carrega o estigma de ser satânico.

Tais construções ideológicas que permeiam os valores ocidentais estão incutidas no subjetivo do sujeito, da mesma forma que o islã está nas sociedades arabizadas, mantendo uma posição maniqueísta entre o “bem” (a religião que ideologicamente mantém o poder) e “eixo do mal” (crenças que vivem à margem da religião civilizada).

**Dados dos autores:** Bruno Schwabenland Ramos é Graduado em Teologia no Centro Universitário Claretiano e funcionário público efetivo da rede pública de ensino de Vila Velha, Espírito Santo. E-mail para correspondência: [bruno\\_pedagogia@hotmail.com](mailto:bruno_pedagogia@hotmail.com)

Diones Augusto Ribeiro é Graduado em História (UFES), onde concluiu Mestrado em História Social das Relações Políticas. É Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano e Doutorando em História Social das Relações Políticas. E-mail para correspondência: [simmons12@ig.com.br](mailto:simmons12@ig.com.br)

## Referências Bibliográficas

ARMSTRONG, K. **Em nome de Deus**. (Edição compacta). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

CARTER, J. **Nossos valores em risco: a crise moral dos Estados Unidos**. Tradução de Hilton Felício dos Santos, pesquisa e revisão científica de Thereza Cristina Rocque da Motta. Barueri, SP: Manole, 2007.

HUNTINGTON, S. P.. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LUZ, M. d. **Onde a religião termina?** Foz do Iguaçu: Associação Internacional Editares, 2011.

NUNES JUNIOR, Á. B. **Êxtase e clausura; sujeito místico, psicanálise e estética**. São Paulo: Annablume, 2005.

PINSKY, C. B.; PINSKY, J (org.). **Faces do fanatismo**. 2ª edição. São Paulo: contexto, 2013.

ZILLES, U. **Crer e compreender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Coleção filosofia nº 175).

TODOROV, T. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações** [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.